



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 207/2013

Institui a Semana Estadual de Informação e Conscientização Sobre o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, a ser realizada anualmente na primeira semana do mês de agosto.

Art. 1º Fica instituída no âmbito do Estado do Paraná a Semana Estadual de Informação e Conscientização Sobre o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, a ser realizada anualmente na primeira semana do mês de agosto.

Art. 2º A data instituída no art. 1º desta Lei passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.


Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

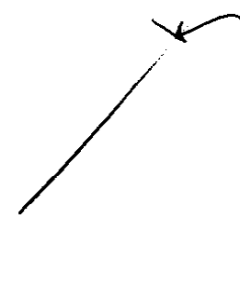
Sala das Comissões, 12 de agosto de 2013.


ALEXANDRE CURI

Presidente


Relator







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 209/2013

Declara de Utilidade Pública o Movimento Tradicionalista Gaúcho da 12ª Região – RT - Componente do Movimento Gaúcho do Paraná, com sede e foro no Município de Matelândia.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Movimento Tradicionalista Gaúcho da 12ª Região - RT - Componente do Movimento Gaúcho do Paraná, com sede e foro no Município de Matelândia.

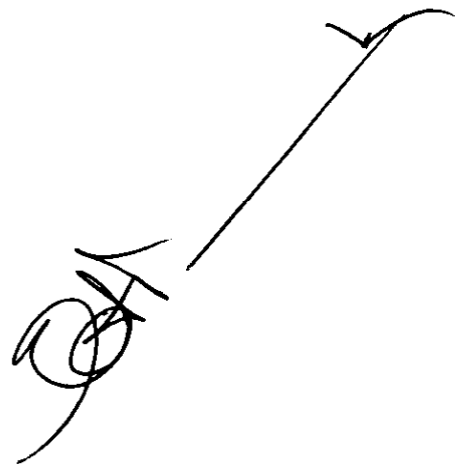
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 252/2013

Dá nova redação ao art. 73 da Lei nº 4.978, de 1964.

Art. 1º O art. 73 da Lei nº 4.978, de 05 de dezembro de 1964, alterado pela Lei nº 16.012, de 17 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 73. As funções de Conselheiro são consideradas de relevante interesse público e seu exercício tem prioridade sobre os de quaisquer cargos públicos estaduais de que sejam titulares ou Conselheiros.

§1º Os Conselheiros terão direito a:

I - transporte até o local da reunião, quando convocados para as sessões do Conselho Pleno, de suas Câmaras ou Comissões, a serem realizadas em locais diferentes daquele de seu domicílio;

II - diárias, cujo valor será o equivalente ao fixado para os Órgãos Estaduais, quando necessária a realização de viagem para atender aos interesses do Conselho Estadual de Educação.

III – Os Conselheiros, pelo exercício das atribuições das respectivas funções, receberão jetons pela participação em sessões do Conselho Pleno, das Câmaras e das Comissões.

§ 2º O Presidente do Conselho receberá, pelo exercício da função, gratificação mensal, vedado o acúmulo do disposto no inciso III do parágrafo anterior."


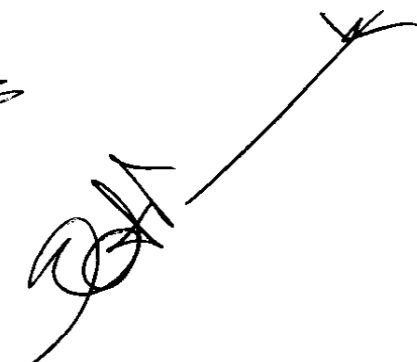
Art. 2º O Poder Executivo disciplinará a presente Lei, no que couber, por Decreto governamental, inclusive os valores dos jetons dos Conselheiros e a gratificação do Presidente do Conselho.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 597/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 27 NOV 2012

Kuy
1º Secretário

SÚMULA: Altera a redação do artigo 2º da

Lei nº 17.015, de 16 de dezembro de 2011.

Art. 1º - Fica alterada a redação do artigo 2º da Lei nº 17.015, de 16 de dezembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - Todos os comerciantes de materiais de reciclagem metálicos em geral, ferrosos e não ferrosos, inclusive baterias e transformadores, os desmontes, os ferros-velhos, os recicladores e os sucateiros, deverão manter um Cadastro de Fornecedores de sucatas metálicas, de suas operações comerciais mensais."

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 2012..

Kuy
Deputado CAPTO QUINTANA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 17.015/2011, originária de Projetos de Lei deste Parlamentar e do Deputado *Hermas Junior*, dispõe sobre a criação de Cadastro de Fornecedores de sucatas metálicas ferrosas e não ferrosas no Estado do Paraná e tem como objetivo evitar ou diminuir o furto e a receptação indevida de cabos de cobre, alumínio e outros metais.

Todavia, na mesma esteira estão baterias e transformadores que também estão sendo alvo de furtos e receptação, em prejuízo das pessoas e das prestadoras de serviços públicos essenciais ao cidadão, tais como o fornecimento de água, luz e telefonia.

Por essa razão, para que cumpra os fins a que se destina, apresentamos o presente Projeto de Lei, objetivando alterar o artigo segundo da referida Lei, incluindo ali a comercialização de baterias e transformadores, para o que contamos com o apoio dos nobres parlamentares desta Casa.

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Alterado Compilado Original

Lei 17015 - 16 de Dezembro de 2011

Publicado no Acessar Diário Oficial nº. 8611 de 16 de Dezembro de 2011

Súmula: Dispõe sobre a criação de um Cadastro de Fornecedores de sucatas metálicas ferrosas e não-ferrosas no Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica instituído o Cadastro de Fornecedores de sucatas metálicas ferrosas e não-ferrosas em geral e o Termo de Responsabilidade Pessoal.

Art. 2º. Todos os comerciantes de materiais de reciclagem metálicos em geral, ferrosos e não-ferrosos, os desmontes, os ferros-velhos, os recicladores e os sucateiros deverão manter um Cadastro de Fornecedores de sucatas metálicas de suas operações comerciais mensais.

Art. 3º. O Cadastro de Fornecedores deverá conter o nome completo, o endereço, número de documento de identificação (RG, Carteira de Habilitação) e o número de inscrição no CPF/MF, se pessoa física; e, razão social, endereço, número de inscrição no CNPJ/MF, se pessoa jurídica, de todos os fornecedores de sucatas metálicas ferrosas e não-ferrosas em geral e, em ambos os casos, a individualização das aquisições com a datação e pesagem em quilogramas de todas as compras efetuadas por fornecedor e este, por tipo de material.

Art. 4º. O cadastro a que se refere o artigo 1º, deverá ser mantido em ordem e atualizado e, sempre que solicitado, colocado à disposição dos organismos de fiscalização.

Art. 5º. O adquirente de sucatas metálicas ferrosas e não-ferrosas em geral exigirá do fornecedor o Termo de Responsabilidade Pessoal.

Parágrafo único O Termo de Responsabilidade Pessoal, assinado pelo fornecedor, declarará, expressamente, a garantia do fornecedor pela procedência dos materiais ofertados, responsabilizando-a civil e penalmente pela venda, como forma de elidir a reponsabilidade criminal dos adquirentes, sem prejuízo da reparação por perdas e danos.

Art. 6º. As concessionárias ou permissionárias e os órgãos de segurança pública instituirão canais diretos de comunicação, prestando suporte técnico, se necessário, e a devida assistência para a investigação de casos suspeitos.

Art. 7º. O Termo de Responsabilidade Pessoal assinado pelo fornecedor e a emissão do respectivo documento fiscal de compra e venda vinculam a origem dos materiais oferecidos e adquiridos pelas empresas referidas no artigo 2º e terão valor probante de idoneidade do ato negocial.

Parágrafo único Nas diligências policiais serão, primeiramente, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei.

Art. 8º. Os documentos fiscais emitidos nas operações de compra e venda internas e externas, em favor das empresas referidas no artigo 2º, substituirão o Cadastramento referido no artigo 1º para os efeitos desta Lei.



Art. 9º. ...Vetado...

Art. 10. Fica revogada a Lei Estadual nº 14.647, de 23 de fevereiro de 2005.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 16 de dezembro de 2011.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Reinaldo de Almeida César Sobrinho
Secretário de Estado da Segurança Pública

Ricardo Barros
Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul

Durval Amaral
Chefe da Casa Civil

Caíto Quintana
Deputado Estadual

AJB/Prot. 11.334.502-0

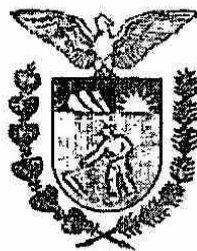
Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2000 - Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury



Parecer ao Projeto de Lei nº 597/2012

Projeto de Lei nº. 597/2012

Autora: Deputado Estadual Caito Quintana

Súmula: Altera a redação do artigo 2º da lei nº. 17.015/2011. (dispõe sobre a criação de um cadastro de fornecedores de sucatas metálicas ferrosas e não ferrosas no Estado)

EMENTA: ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 2º DA LEI Nº. 17.015/2011. (DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO DE FORNECEDORES DE SUCATAS METÁLICAS FERROSAS E NÃO FERROSAS NO ESTADO). INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 DA CF ESTADUAL E 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. POSSIBILIDADE. ANALISE PRÉVIA FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA CORRETIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Caíto Quinta, tem por finalidade, alterar a redação do artigo 2º da lei nº. 17.015/2011. (Dispõe sobre a criação de um cadastro de fornecedores de sucatas metálicas ferrosas e não ferrosas no Estado). Incluindo a comercialização de baterias e transformadores.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de

Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

No entanto, com o objetivo de renumerar os artigos do presente Projeto de Lei, propõe-se a seguinte emenda corretiva, nos termos do artigo 137, §7º, III, do referido diploma legal:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 7º As emendas modificativas poderão ser ampliativas, restritivas ou corretivas:

III - emenda corretiva é a que não modifica a substância da disposição a que se refere, mas apenas a redação.

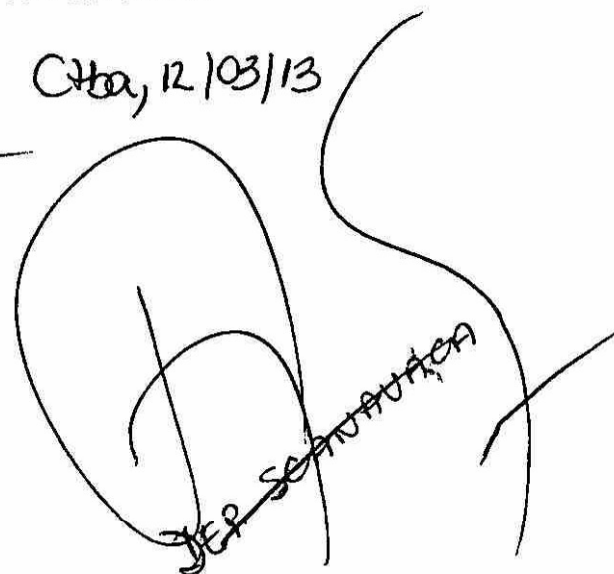
CONCLUSÃO

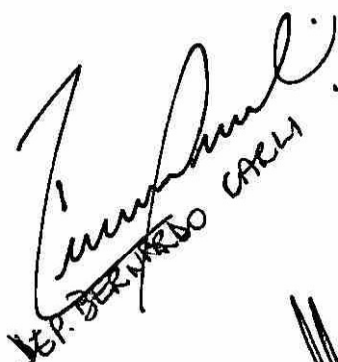
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da **EMENDA CORRETIVA** em anexo.

Cta, 12/03/13

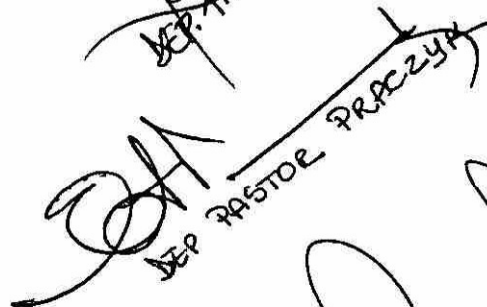

NELSON JUSTUS
Presidente


TERCILIO TURINI
Relator

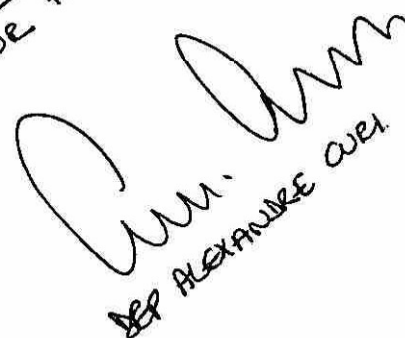

DEP. SCHMITZER


DEP. BERNARDO CAELI


DEP. ADRIANO


DEP. PASTOR PRACYLA


DEP. VEREU


DEP. ALEXANDRE CAELI


DEP. PEDRO LUPION

APROVADO

12.03.13



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury



EMENDA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI Nº 597/12

De acordo com o que determina p artigo 137, §7º, III do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, renumera-se o artigo 3º para artigo 2º, passando a contar com a seguinte redação:

"Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação."

Ordem
12.03.13

DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

TERCÍLIO TURINI
Relator

CHA, 12/03/13

DEP. STANAUCA

DEP. BERNARDO ARRI

DEP. NCEU MOURA

DEP. TRAIANO

DEP. PRACZYK

DEP. ALEXANDRE CURI

DEP. PEDRO LUPION

APROVADO

12.03.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 597/2012

Súmula: Altera a redação do artigo 2º da Lei Nº 17.015/2011(dispõe sobre a criação de um cadastro de fornecedores de sucatas metálicas ferrosas e não ferrosas no Estado)


Autor: Deputado Caíto Quintana.
Relator: Deputado Jonas Guimarães.


JUSTIFICATIVA: O presente projeto tem relevância na tentativa de diminuir o até mesmo evitar a receptação indevida de cabos de cobre, alumínio e outros metais. No mesmo rol estão as baterias e transformadores que também estão sendo alvos destes furtos.

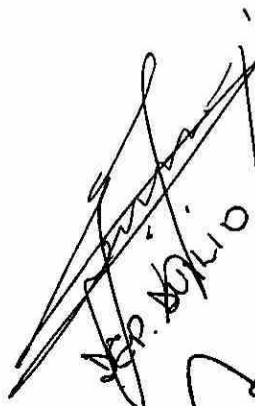
PARECERES FAVORÁVEIS: Comissão de Constituição e Justiça

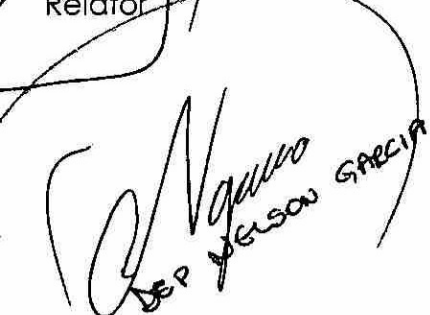
CONCLUSÃO: Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

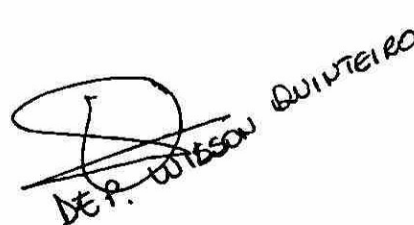
Sala das Comissões, 19 de março de 2013


DEPUTADO ANDRÉ BUENO
Presidente


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES.
Relator


DEP. CAÍTO


DEP. GERSON GARCIA


DEP. WILLESON QUINTEIRO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ



3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 597/2012

Em exame o Projeto de Lei nº 597/2012, de autoria do Deputado Caito Quintana, que altera a redação do Artigo 2º da Lei nº 17.015/2011, que dispõe sobre a criação de um cadastro de fornecedores de sucatas metálicas ferrosas e não ferrosas no Estado.

Procedida minuciosa análise da Proposição, e ainda considerando o Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, informa-se que nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, estando o Projeto de Lei em condições de merecer o finalíssimo exame do Plenário desta Casa.


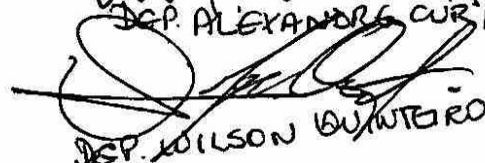
Em sendo assim, esta Comissão de Segurança Pública, manifesta-se FAVORAVELMENTE à Proposição em epígrafe.

Sala das comissões, em 10/06/2013


Mauro Moraes
Deputado Estadual
Presidente da CSP


DEP. NEREU MOURA


Roberto Acioli
Deputado Estadual
Relator


DEP. ALEXANDRE CUR

DEP. WILSON BUZATO